

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARGO 7: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA DE GRADUAÇÃO/ESPECIALIDADE: ENGENHARIA

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

Aplicação: 18/11/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A fiscalização não deveria ter **recebido definitivamente a obra nem** autorizado a execução de serviços não previstos em contrato, inclusive sem previsão orçamentária; o acréscimo de mais R\$ 1 milhão em serviços terá gerado um acréscimo de 30% do valor contratual, o que infringe a legislação vigente, que prevê acréscimo máximo de 25%, e contraria a jurisprudência e a doutrina, que entendem que as supressões (no caso 10%) não devem ser consideradas no cálculo desse percentual; a fiscalização deixou a vigência contratual expirar, o que inviabiliza qualquer aditivo contratual.

2 A fiscalização deveria ter solicitado o aditivo durante a execução do contrato, preocupando-se com os limites de acréscimos previstos em lei. No caso apresentado, se os serviços acrescidos foram imprescindíveis, ela deveria ter suprimido outros serviços para garantir um acréscimo de, no máximo, 25%. Além disso, deveria ter mantido o contrato vigente durante toda a execução, até concluir todas as possíveis alterações contratuais.

3 No caso do reajustamento previsto em contrato, não havia necessidade de aditivo contratual, bastando o apostilamento. Contudo, apesar do reajuste não ser considerado no acréscimo máximo de 25%, o gestor deveria ter considerado esse acréscimo na disponibilidade orçamentária, ao contrário do que foi feito.

4 Como a contratada foi autorizada formalmente a realizar os serviços adicionais, a administração deverá pagá-la pelo que foi realizado a mais. Entretanto, não pode ser aditivado um contrato com vigência expirada, restando à administração instaurar um processo de reconhecimento de dívida. Consequentemente, deverá ser instaurado um processo de apuração de responsabilidade da fiscalização pelas irregularidades cometidas, e do ordenador de despesas, por omissão. **Somente após essa medida cabível, a fiscalização e o ordenador de despesas estariam sujeitos às penalizações previstas em lei.**

Quesito 2.1

0 – Não respondeu à pergunta.

1 – Indicou apenas uma das irregularidades mencionadas no padrão, sem apresentar embasamento na legislação.

2 – Indicou apenas duas das irregularidades mencionadas no padrão, sem apresentar embasamento na legislação.

3 – Indicou apenas três das irregularidades mencionadas no padrão, sem apresentar embasamento na legislação.

4 – Apresentou as irregularidades citadas no padrão, citando o embasamento na legislação.

Quesito 2.2

0 – Não respondeu à pergunta.

1 – Apresentou procedimento não condizente com a situação hipotética.

2 – Apresentou adequadamente os procedimentos que deveriam ter sido adotados quanto ao acréscimo final de serviços.

Quesito 2.3

0 – Não respondeu à pergunta.

1 – Apresentou procedimento não condizente com a situação hipotética.

2 – Apresentou adequadamente os procedimentos que deveriam ter sido adotados quanto ao reajustamento.

Quesito 2.4

0 – Não respondeu à pergunta.

1 – Apresentou medidas não cabíveis ao caso apresentado.

2 – Apresentou medidas cabíveis aos responsáveis pelas irregularidades, mas não fundamenta a resposta.

3 – Respondeu, de forma fundamentada, as medidas cabíveis aos responsáveis pelas irregularidades.